

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

Matheus Lins Rocha

Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira

LEI DE ARBITRAGEM

Comentada
artigo por artigo

Prefácio

Ministro Luis Felipe Salomão

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

F525I Ferreira, Olavo Augusto Vianna Alves.
Lei de Arbitragem Comentada Artigo por Artigo/ Olavo Augusto Vianna Alves
Ferreira, Matheus Lins Rocha, Débora Cristina Fernandes Ananias Alves Ferreira. –
São Paulo: Juspodivm, 2019.
384 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2749-7.

1. Arbitragem. I. Ferreira, Olavo Augusto Vianna Alves. II. Rocha, Matheus Lins.
III. Ferreira, Débora Cristina Fernandes Ananias. IV. Título.

CDD 342.6642

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. ESCORÇO HISTÓRICO DA ARBITRAGEM NO BRASIL.....	19
2. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	23
3. CONCEITO DE ARBITRAGEM.....	28
4. VANTAGENS DA ARBITRAGEM.....	30
5. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ARBITRAGEM.....	39
6. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM.....	41
7. AUTONOMIA DO DIREITO ARBITRAL E APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ARBITRAGEM.....	48
8. PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM.....	51
8.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ARBITRAGEM.....	52
8.2 PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DA ARBITRAGEM.....	61
8.3 PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO RELACIONA- DOS À ARBITRAGEM.....	80

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Art. 1º	83
1. ARBITRABILIDADE.....	83
1.1 ARBITRABILIDADE SUBJETIVA.....	84
1.2 ARBITRABILIDADE OBJETIVA.....	86
2. ARBITRAGEM TEMÁTICA.....	92
2.1 ARBITRAGEM NO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	92
2.2 ARBITRAGEM COLETIVA.....	98
2.3 ARBITRAGEM NAS LOCAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS.....	101
2.4 ARBITRAGEM NO DIREITO SOCIETÁRIO.....	102

2.5	ARBITRAGEM NA FALÊNCIA, NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	111
2.6	ARBITRAGEM NO DIREITO DE FAMÍLIA	115
2.7	ARBITRAGEM NO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	117
2.8	ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO	118
2.8.1	CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM TRABALHISTA	122
2.8.2	ABRANGÊNCIA DA ARBITRAGEM TRABALHISTA.....	129
2.8.3	ADIANTAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS NA ARBITRAGEM TRABALHISTA	131
2.9	ARBITRAGEM E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	133
2.9.1	ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES ARBITRAIS E ÁRBITROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	145
2.9.2	ANTECIPAÇÃO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS NA ARBITRAGEM ENVOLVENDO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	150
2.9.3	VERBA HONORÁRIA LIGADA À SUCUMBÊNCIA NA ARBITRAGEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	151
2.10	ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.....	151
2.11	ARBITRAGEM E O DIREITO AMBIENTAL	153
3.	ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA OU NECESSÁRIA	157
	Art. 2º	162
1.	ESPÉCIES DE ARBITRAGEM.....	162
2.	ORDEM PÚBLICA E BONS COSTUMES.....	166
	Art. 3º	176
1.	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	176
2.	EFEITOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	179
3.	EXTENSÃO SUJETIVA DA CONVENÇÃO	181
4.	EXTENSÃO OBJETIVA DA CONVENÇÃO	188
	Art. 4º	190
1.	CONCEITO DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	190
2.	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E ELEIÇÃO DE FORO	196
	Art. 5º	198
1.	ESPÉCIES DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	198
	Art. 6º	205
1.	COMPLEMENTAÇÃO DA CLÁUSULA ARBITRAL VAZIA	205

Art. 7º	206
1. AÇÃO JUDICIAL DE EXECUÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	207
Art. 8º	212
1. AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	212
Art. 9º	216
1. COMPROMISSO ARBITRAL.....	216
Art. 10	218
1. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	218
Art. 11	220
1. ELEMENTOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO ARBITRAL.....	221
Art. 12	222
1. EXTINÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL.....	223
Art. 13	224
1. QUALIFICAÇÃO DO ÁRBITRO	225
2. ESCOLHA, ACEITAÇÃO E NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS.....	228
3. ÁRBITRO PRESIDENTE, SECRETÁRIO E COÁRBITROS	231
4. ATRIBUTOS DO ÁRBITRO.....	231
Art. 14	234
1. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO.....	234
2. RECUSA E DESTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	242
Art. 15	243
1. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO	243
Art. 16	244
1. DIREITO DE ESCUSA E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	244
Art. 17	245
1. RESPONSABILIDADE PENAL DO ÁRBITRO	245
2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ÁRBITRO E DA INSTITUIÇÃO ARBITRAL.	246
Art. 18	249
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PREVISÃO.....	249
Art. 19	250
1. INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM.....	250

Art. 20	252
1. ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO DO ÁRBITRO E DE NULIDADE, INVALIDADE OU INEFICÁCIA DA CONVENÇÃO	253
Art. 21	255
1. PROCEDIMENTO ARBITRAL	255
2. FASES DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	257
2.1. FASE POSTULATÓRIA	258
Art. 22	260
1. INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	260
2. PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PROVAS E RESPECTIVOS MEIOS DE PRODUÇÃO ...	261
3. REVELIA.....	265
4. MEMORIAIS PÓS AUDIÊNCIA.....	267
Art. 22-A	268
1. TUTELAS DE URGÊNCIA NA ARBITRAGEM.....	268
2. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	269
3. ÁRBITRO DE EMERGÊNCIA	271
Art. 22-B	272
1. APRECIÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA PELO ÁRBITRO DA TUTELA CONCEDIDA PELO PODER JUDICIÁRIO	272
Art. 22-C	273
1. CARTA ARBITRAL	274
Art. 23	278
1. SENTENÇA ARBITRAL.....	278
Art. 24	282
1. DECISÃO DOS ÁRBITROS	282
Art. 25	283
Art. 26	283
1. REQUISITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	283
Art. 27	286
1. CUSTAS E DESPESAS DA ARBITRAGEM E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	286
Art. 28	287
1. CONCILIAÇÃO NO PROCEDIMENTO ARBITRAL	287

Art. 29	288
1. COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	288
Art. 30	289
1. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E CORREÇÃO	289
Art. 31	291
1. EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	291
Art. 32	292
1. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	292
1.1 PRECEDENTES VINCULANTES DO ARTIGO 927 DO CPC E NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	298
1.2 NULIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	305
1.3 DECISÃO QUE EMANOU DE QUEM NÃO PODIA SER ÁRBITRO	306
1.4 NULIDADE DA SENTENÇA QUE NÃO CONTIVER OS REQUISITOS DO ART. 26 DA LEI DE ARBITRAGEM	307
1.5 SENTENÇA PROFERIDA FORA DOS LIMITES DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	309
1.6 COMPROVADO QUE A SENTENÇA FOI PROFERIDA POR PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO OU CORRUPÇÃO PASSIVA	310
1.7 SENTENÇA PROFERIDA FORA DO PRAZO, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 12, INCISO III, DA LEI DE ARBITRAGEM	311
1.8 NULIDADE DA SENTENÇA QUANDO FOREM DESRESPEITADOS OS PRINCÍPIOS DE QUE TRATA O ART. 21, § 2º, DA LEI DE ARBITRAGEM	312
Art. 33	312
1. MEIOS DE RESISTÊNCIA AO COMANDO CONTIDO NA DECISÃO ARBITRAL	313
1.1 AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL	314
1.1.1 PRAZO DECADENCIAL DE 90 DIAS	320
1.1.2 MEDIDAS DE URGÊNCIA NA AÇÃO ANULATÓRIA	321
2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL	323
2.1 EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL	328
2.2 IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL	329
3. AÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL QUE HOMOLOGA TRANSAÇÃO DAS PARTES COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 966, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	336
4. AÇÃO RESCISÓRIA	338

5. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO ARBITRAL	339
6. AÇÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL COMPLEMENTAR	343
Art. 34	344
1. ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL	344
Art. 35	345
1. HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	345
Art. 36	347
1. APLICAÇÃO DO CPC/2015 À HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	347
Art. 37	348
1. REQUERIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRAN- GEIRA.....	349
Art. 38	350
1. DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRAN- GEIRA NO ARTIGO 38	351
Art. 39	358
1. DUAS HIPÓTESES DE DEGENERAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA NO ARTIGO 39	358
Art. 40	363
1. EFEITO DA DENEGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	363
Art. 41	363
1. DISPOSIÇÕES FINAIS	364
Art. 42	357
1. EFEITOS DA APELAÇÃO NO PEDIDO DE INSTITUIÇÃO DE ARBITRAGEM	368
Art. 43	369
Art. 44	369
REFERÊNCIAS.....	371